



### **Abertura**

O Politize é uma organização da sociedade civil que tem a missão de formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia. Para isso, levamos educação política a qualquer pessoa em qualquer lugar, sempre com respeito pela pluralidade de ideias. Educação política de qualidade, didática, suprapartidária e gratuita em milhares de conteúdos nos mais diversos formatos

Somos a maior rede de lideranças cidadãs do Brasil, nosso programa de embaixadores está presente nas cinco regiões do Brasil. Trabalhamos junto à secretarias estaduais de educação e aos professores para garantir o direito constitucional dos jovens brasileiros de serem educados para o exercício da cidadania e já alcançamos 57 milhões de usuários únicos no portal, 70 mil pessoas impactadas em oficinas e 216 voluntários ativos.

Nosso público abrange desde aqueles que não possuem conhecimento básico até mesmo aquelas pessoas que possam ter entendimento sobre política. Acreditamos que juntos vamos mais longe. Por isso, tudo o que fazemos, fazemos junto a uma rede incrível de voluntários que nos ajudam a criar conteúdos, criar experiências e levar educação política para comunidade de todo o Brasil. Venha conosco e vamos juntos formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia.



# Introdução

Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima constituição que nosso país tem, e a sexta desde que somos uma república. A Constituição Federal é um marco aos direitos dos cidadãos brasileiros, por garantir liberdades civis e os deveres do Estado. Apelidada de constituição cidadã, é uma das mais extensas constituições já escritas, em seu conjunto podemos destacar a participação social prevista na constituição, a qual a participação da sociedade está prevista na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo, o chamado controle social. (POLITIZE)

Porém, o brasileiro tem baixa participação política. Menos da metade da população (42%) acompanha com alguma regularidade os acontecimentos relacionados ao governo e à política nacional (PEW RESEARCH CENTER, 2014). Essa participação pode ocorrer por meio de diversos canais, em exemplo, os conselhos gestores de políticas públicas que atuam em estados e municípios (Conselhos de Assistência Social, da Saúde, de Educação). De forma geral, o Brasil conta "com alguns regulamentos que facilitam a participação popular na política: a criação de leis através da iniciativa popular, audiências e consultas públicas, orçamentos participativos, plebiscitos e referendos são algumas das possibilidades" (ENRICONI e CEOLIN, 2017).

Neste sentido, com a atuação da população nas políticas públicas, há um fortalecimento da autonomia dos municípios e da intervenção social, e um ambiente para mudanças no modo de pensar e agir dos cidadãos, que adquirem uma consciência da importância de sua colaboração na política do seu Município, tornando-se aptos para intervir na deliberação de seus interesses a frente ao Estado. (ROCHA, 2011).

No contexto local em Manaus no Estado do Amazonas temos duas realidades, sendo a primeira no bairro parque das tribos, o primeiro bairro indígena de Manaus com cerca de sete anos de existência a qual vivem em média 758 famílias no local, totalizando 3 mil indígenas de 35 etnias diferentes. Conforme fala de moradores locais, mesmo em sete anos de existência, "Lá não há saneamento básico, eles ficam sem energia. Os governantes não olham para eles de maneira limpa, só no tempo de eleição. São esses questionamentos que estamos levantando", apontou Leandro Lopes, um dos organizadores do evento." (G1).



# Introdução

A segunda realidade é o Projeto de Restauração Ecológica e Urbanização Sustentável da Amazônia - REUSA Redenção, localizado no rip-rap do Igarapé do gigante, na redenção, na zona centro-oeste de Manaus, o REUSA é um espaço de socialização dentro da área urbana de Manaus, cujo o público alvo do projeto desconhece os instrumentos de controle social.

Buscando oferecer e disseminar educação política para estes públicos que o Politize! pode contribuir para a politização e a sensibilização. Refletir sobre política é um exercício que propicia o pensar na coletividade. Implica exercitar a empatia, já que somos expostos às visões do outro. Sobretudo, nos leva a pensar em nosso papel como cidadãos e no impacto de nossas ações na sociedade. Em suma, a educação política é importante porque fornece ferramentas para a cidadania e, assim, empodera pessoas, grupos e comunidades (POLITIZE!, 2016).

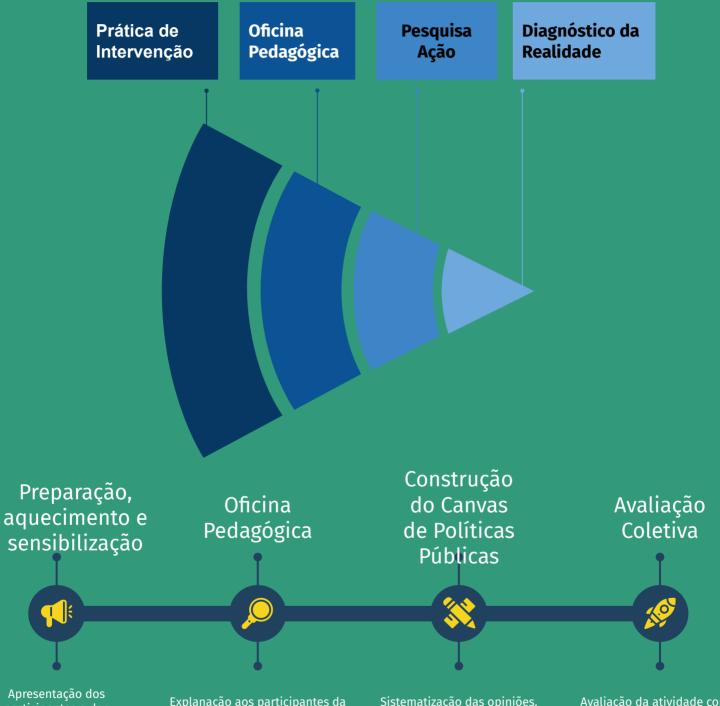
Essa cartilha de conteúdo sobre Políticas Públicas e Participação Política tem como objetivo compartilhar os conteúdos aplicados no Projeto Painel de Políticas: Cidades e Florestas realizado na Restauração Ecológica e Urbanização Sustentável da Amazônia (REUSA) no bairro Redenção e na comunidade indígena Parque das Tribos no bairro Tarumã no segundo semestre de 2021.

No REUSA, as oficinas foram aplicadas à mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade econômica e social na periferia. No Parque das Tribos, foram indígenas renegados pelo Poder Público e que não são reconhecidos como tal em Manaus.





# Metodologia



Apresentação dos participantes e dos mediadores + atividade de integração do grupo que permita o acolhimento dos membros e o seu entrosamento.

Explanação aos participantes da temática a ser desenvolvida, estabelecendo suas conexões com a realidade de cada indivíduo, expandindo para escalas maiores, como Município, Estado e País.

Sistematização das opiniões, organizando os pontos de convergência e divergência, para a criação e construção do Canva de Políticas Públicas. Avaliação da atividade com o grupo. Discutindo os aprendizados e as construções realizadas no encontro + aplicação de formulário de avaliação de conhecimentos.



### Conteúdo

### **Políticas Públicas**

Em um país onde as ações do poder público são centralizadas, pouco transparentes e muitas vezes interpretadas como paliativas, é fundamental que se compreenda a formulação das políticas públicas, para entendermos que existe planejamento no setor público brasileiro.

As políticas públicas afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social. Com o aprofundamento e a expansão da democracia, as responsabilidades do representante popular se diversificaram. Hoje, é comum dizer que sua função é promover o bem-estar da sociedade. O bem-estar da sociedade está relacionado a ações bem desenvolvidas e à sua execução em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja, deve-se contemplar a qualidade de vida como um todo.

E é a partir desse princípio que, para atingir resultados satisfatórios em diferentes áreas, os governos (federal, estaduais ou municipais) se utilizam das políticas públicas.

Conforme definição corrente, políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição.





### **Políticas Públicas**

Um programa da Prefeitura que esteja beneficiando seu bairro, por exemplo, é uma política pública. A educação, a saúde, o meio ambiente e à água são direitos universais, assim, para assegurá-los e promovê-los estão constituídas pela Constituição Federal as políticas públicas de educação e saúde, por exemplo.

O conceito de políticas públicas pode possuir dois sentidos diferentes. No sentido político, encara-se a política pública como um processo de decisão, em que há naturalmente conflitos de interesses. Por meio das políticas públicas, o governo decide o que fazer ou não fazer. O segundo sentido se dá do ponto de vista administrativo: as políticas públicas são um conjunto de projetos, programas e atividades realizadas pelo governo.

Uma política pública pode tanto ser parte de uma política de Estado ou uma política de governo. Vale a pena entender essa diferença: uma política de Estado é toda política que independente do governo e do governante deve ser realizada porque é amparada pela constituição. Já uma política de governo pode depender da alternância de poder. Cada governo tem seus projetos, que por sua vez se transformam em políticas públicas.

### É importante saber:

O conceito de público, hoje em dia, não quer dizer somente gestão governamental, mas, um interesse público que permeia o Estado e o Governo (primeiro setor), a iniciativa privada (segundo setor) e as diversas organizações da sociedade civil (terceiro setor).





### Participação Social

#### O que é participação social?

A Constituição Federal (CF) de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, garante o controle social, em que a participação da sociedade nas políticas públicas é promovida por diferentes meios. O Ministério da Cidadania determina como essa participação pode ocorrer dentro das esferas de poder

#### Qual a importância da participação social no poder público?

O artigo "Movimentos Sociais na Contemporaneidade", de Maria da Glória Gohn, ressalta que, mesmo após 20 anos de promulgação da CF/88, hoje habitualmente se fala em participação social, o que abre portas para um discurso e ação de democracia participativa, em que há uma maior presença da sociedade civil dentro dos espaços da política institucional.

A autora ainda menciona que a representação está enfrentando um período de crise, com mudanças em vários países. Existe uma contradição entre legislações apresentadas por parlamentares, por exemplo, e seus eleitores. Assim como o voto de políticos dado sob propostas legislativas que contradiz a vontade daqueles que os elegeram.

A cidadania, que é um dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil, determinados no artigo 1º da CF/88, compreende os direitos e deveres do indivíduo que vão muito além do exercício do voto e da possibilidade de ser votado.

#### Como a participação social é incentivada pelo poder público?

Algumas leis corroboram para que a participação social seja estimulada e garantida. A Lei Federal nº 8.142/1990 dispõe sobre a atuação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências. Em 2009, as audiências públicas foram regulamentadas, através da emenda regimental 29/09, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Desde a sua aprovação naquele ano até 2013 foram realizadas 9 audiências do tipo.



## Participação Social

#### Como participar e ser um cidadão mais ativo no poder público?

- Acompanhe parlamentares os quais você se identifica e os envie sugestões de proposições legislativas e de melhorias no mandato, críticas e como você gostaria que ele se posicionasse diante de votações;
- Participe da elaboração de políticas públicas e fiscalize sua execução. Você pode enviar os resultados obtidos na fiscalização para órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público, e para seus representantes eleitos;
- 1. Compareça em audiências públicas;
- 1. Ingresse em movimentos sociais, conselhos e organizações que atuam sob um tema de seu interesse e o qual você gostaria de colaborar com o seu desenvolvimento;
- 1. Doe para instituições que defendem uma bandeira a qual você se identifica e apoie esse projeto, o divulgando em suas redes sociais e meios de contato:
- A filiação partidária é uma oportunidade de atuar dentro de um partido e colaborar com a sua organização, tendo a possibilidade de participar de votações para decidir quem irá se candidatar a cargos eletivos.





## Comunicação Não-Violenta

O norte-americano Marshall Rosenberg (1934-2015), psicólogo e autor da abordagem CNV, desenvolveu a habilidade da Comunicação Não-Violenta inspirado nas ações de grandes líderes como Martin Luther King Jr e Gandhi, ou seja, observando a utilização da resistência não-violenta como prática de transformação daquelas realidades violentas.

A sua preocupação com a postura defensiva e as reações por meio da violência começaram ainda na sua infância, em 1943, quando presenciou experiências negativas na escola por ser judeu e pelo contexto social da época com os conflitos raciais nos Estados Unidos.

Entendendo a Comunicação Não-Violenta (CNV)

A Comunicação Não-Violenta (CNV) representa habilidades de comunicação verbal (escrita ou falada) e não verbal (gestos, expressões faciais ou corporais, imagens ou códigos) que buscam criar compaixão e empatia para fortalecer as conexões humanas. Ela ajuda a identificar em nosso comportamento do dia a dia aquele sentimento e necessidade que não foram atendidos em uma determinada situação.

Quando utilizamos a habilidade fazemos uma reformulação ao falar e ouvir o outro. Em vez de responder inconscientemente e imediatamente, ouvimos com atenção e pensamos no sentido e desejo manifestado por trás daquela ação humana. Dessa forma, conseguimos nos expressar de forma clara, empática, honesta e respeitosa.





## Comunicação Não-Violenta

Ao usar o ciclo da CNV é preciso seguir os quatro passos:

- 1. Observação (Ouvir) O primeiro processo da CNV é a observação. Aqui deve ser levado em conta o contexto em que a situação está acontecendo. A CNV busca a consciência do indivíduo de separar a observação da avaliação. Aumentando a possibilidade de que o outro ouça a mensagem que realmente deseja ser transmitida.
- 2. Sentimento (Indagar) O segundo processo da CNV é o sentimento, o maior desafio é ter consciência da emoção que é transmitida naquele momento. É preciso se permitir olhar de forma clara e assertiva todos nossos sentimentos. Trocar o que eu acho por como eu me sinto realmente.
- 3. Necessidade (compreender) A necessidade está ligada ao sentimento, por trás de todo sentimento existe uma necessidade e por trás de toda necessidade existe um sentimento. Quando alguém expressa suas necessidades com consciência, as chances delas serem atendidas aumentam.
- 4. Pedido (argumentar) Após manifestar o que estamos observando, é preciso fazer o pedido. É essencial expressar o que estamos pedindo de forma clara, positiva, consciente, assim garantindo que a mensagem enviada é a mesma recebida.

Dessa forma, se você não tiver certeza que seu pedido foi atendido, reformule o pedido para saber se foi compreendido. Se ainda tem dúvida, peça ao receptor da mensagem para repetir o que entendeu.

Quando outra pessoa não atende o pedido, a pessoa pode perceber a mensagem como uma exigência. Portanto, o pedido deve ser objetivo e bem definido com base na empatia.



### **Democracia**

. Todos falam nela, mas sua definição é mesmo óbvia? Muitas pessoas explicariam que democracia é a presença de eleições. Mas também há eleições em ditaduras – como havia no Brasil durante o regime militar ou no Egito, em que o ditador ficou décadas sendo reeleito, e até mesmo em regimes totalitários como a Coréia do Norte, um dos mais fechados que o mundo já viu. As eleições ajudam a dar uma máscara democrática e de legitimidade a um regime autoritário, mesmo que não sejam eleições livres e nem competitivas.

Outros diriam que é quando a maioria decide no momento de alguma escolha – o que é verdade e importante, mas não define tudo. Outros ainda definiriam como o governo do povo – o que também não é uma definição holística.

Não existe uma resposta óbvia e direta: o conceito de democracia pode ser definido por diversos aspectos. Há ainda de se considerar que as democracias se apresentam em vários graus diferentes de desenvolvimento, desde aquelas com características autoritárias até as democracias mais desenvolvidas. E para complicar mais um pouco, a concepção de democracia mudou muito ao longo do tempo, como veremos mais adiante.

#### O que é necessário numa democracia?

Existem vários modelos e teorias que tentam caracterizar e descrever os sistemas democráticos. Para termos uma referência sobre o que define uma democracia, vamos analisar o modelo desenvolvido pelo teórico político Robert Dahl, modelo moderno que lista as condições necessárias para que os processos de escolha representem ao máximo a vontade das pessoas.





### **Democracia**

Estas condições focam mais no processo – no "como" – do que no resultado final (no "o quê"). Um sistema que apresenta todas estas condições foi denominado por ele como poliarquia, um "governo de muitos", que seria uma espécie de democracia que consegue absorver melhor as diferenças dentro da sociedade e refletir melhor a vontade da população.

O que define uma poliarquia e quais as suas implicações? As características da poliarquia são:

Liberdade de formar e aderir a organizações;

Respeito às minorias e busca pela equidade;

Liberdade de expressão;

Direito de voto;

Elegibilidade para cargos públicos;

Direito de líderes políticos disputarem apoio e, consequentemente, conquistarem votos;

Garantia de acesso a fontes alternativas de informação;

Eleições livres, frequentes e idôneas;

Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência do eleitorado.

Um sistema que tenha todas estas características poderia ser classificado como uma poliarquia, ou uma democracia perfeita segundo o modelo desenvolvido por Dahl. Mas nos sistemas democráticos reais, muitas destas qualidades estão ausentes ou não são completamente satisfeitas.

Portanto, como tudo em política, há diversos tons de cinza numa escala que vai de regimes autoritários – sem nenhuma dessas características – à poliarquia – com todas essas características. Existem grupos que monitoram a qualidade da democracia no mundo e para isso desenvolvem suas próprias escalas e critérios.

Um deles é o Democracy Index (Índice da Democracia), cuja análise para a democracia do Brasil veremos mais adiante.





### **Três Poderes**

Quando falamos em separação dos três poderes pensamos imediatamente em Executivo, Legislativo e Judiciário, mas de onde surgiu essa separação? Quais são as atribuições de cada esfera? Há um poder superior ao outro ou existe uma independência harmônica? Como relacionam-se entre si? O Politize! descomplica isso para você!

Ao longo da história diversos autores falaram sobre a corrente Tripartite (separação do governo em três), sendo Aristóteles o pioneiro em sua obra "A Política" que contempla a existência de três órgãos separados a quem cabiam as decisões de Estado. Eram eles o Poder Deliberativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Em seguida Locke, em sua obra "Segundo Tratado Sobre o Governo Civil", defende um Poder Legislativo superior aos demais, o Executivo com a finalidade de aplicar as leis, e o Federativo, mesmo tendo legitimidade, não poderia desvincular-se do Executivo, cabendo a ele cuidar das questões internacionais de governança.

Posteriormente, Montesquieu cria a tripartição e as devidas atribuições do modelo mais aceito atualmente, sendo o Poder Legislativo aqueles que fazem as leis para sempre ou para determinada época, bem como, aperfeiçoam ou revogam as já existentes; o Executivo – o que se ocupa o Príncipe ou Magistrado da paz e da guerra -, recebendo e enviando embaixadores, estabelecendo a segurança e prevenindo invasões; e por último, o Judiciário, que dá ao Príncipe ou Magistrado a competência de punir os crimes ou julgar os litígios da ordem civil. Nessa tese, Montesquieu pensa em não deixar em uma única mão as tarefas de legislar, administrar e julgar, já que a concentração de poder tende a gerar o abuso dele.

Confira o infográfico que a gente fez para te ajudar a estudar esse tema!





# Canvas de políticas públicas

O Canvas de Políticas Públicas é uma ferramenta desenvolvida pelo Politize para ajudar cidadãos e cidadãs de todo o Brasil a elaborarem, de forma estruturada, descomplicada e colaborativa, soluções aos desafios da sua comunidade, cidade, estado ou país.

Com ele, buscamos aproximar o conceito de políticas públicas da população, definido uma sequência de passos para que a sociedade seja protagonista na elaboração de propostas de políticas públicas que possam resolver os principais desafios da sua realidade.

Desenvolvido em 2019, o Canvas de Políticas Públicas é baseado no conceito do Ciclo de Políticas Públicas abordado no livro Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos, do professor Leonardo Secchi da Universidade do Estado de Santa Catarina.

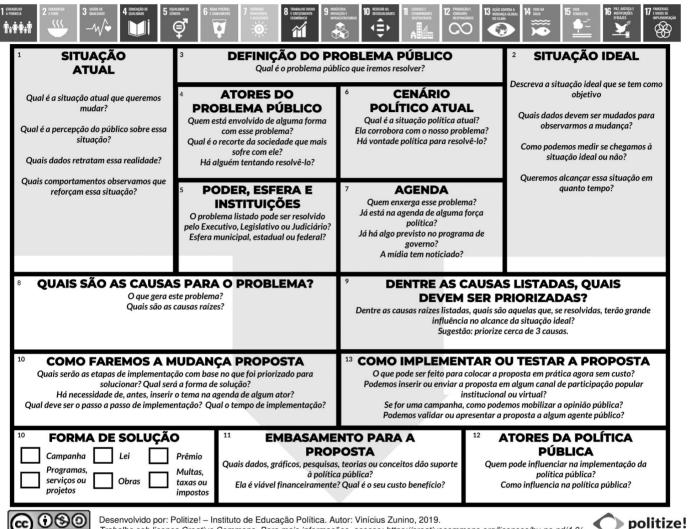
O ciclo de políticas públicas é um processo que leva em conta:

- A participação de todos os atores públicos e privados na elaboração das políticas públicas, ou seja, governantes, políticos, trabalhadores e empresas.
- 2. O poder que esses atores possuem e o que podem fazer com ele.
- 3. O momento atual do país no aspecto social (problemas, limitações e oportunidades).
- 4. Organização de ideias e ações.





# Canvas de políticas públicas









## **Consultores**



#### Karla Susiane dos Santos Pereira

Pesquisadora da UFAM. Doutoranda em Informática (IComp/UFAM). Mestre em Informática. Especialista em Gestão Estratégica em Tecnologia da Informação. Graduada em Administração (UFAM) e Processamento de Dados (UEA). Pós-graduanda em Gerenciamento de Projetos. Mobilizadora da Embaixada Politize! Manaus. É líder InovAtiva (Política Pública criada em 2013 pelo Ministério da Economia) na Região Norte. É alumni da Embaixada e Consulado dos EUA no Brasil.



### Antônio José de Paula Barroso Neto

Assessor de Gestão Interna na Câmara Municipal de Manaus e Coordenador do Hub YCL Amazonas. Graduando em Ciência Política (UNINTER) e acadêmico de Ciências Econômicas (ESO/UEA). Membro da Embaixada Politize! Manaus. É membro da Rede Internacional de Fellows do Youth Climate Leaders, Líder Climático pelo Climate Reality Project, Membro do Banco de Aceleradores da Legisla Brasil.



#### Francisco Efraim Félix da Silva Filho

Advogado. Especialista em Gestão Pública com ênfase em Governo Local, na Área de Concentração da Gestão Metropolitana, pela ENAP - Escola Nacional de Administração Pública (2018). Membro da Embaixada Politize Manaus. Responsável pela execução das ações de formação de lideranças cidadãs em Manaus, bem como pela mentoria de Multiplicadores(as) Politize! Membro do Conselho do Programa Embaixadores Politize!



#### **Mateus Emanuel Braga Reis**

Técnico de testes na Positivo Tecnologia. Graduado em Ciências da Computação (UNIP) e acadêmico de Ciências Econômicas (UFAM). Bolsista CNPQ onde realiza projetos de pesquisa sobre eficiência de empresas, saneamento básico e modelos de regressão. Membro da Embaixada Politize! Manaus. Coordenador jovem do Departamento de Assistência Social na IEADAM Djalma.

## Referências

A democracia participativa é possível?

Disponível em: <a href="https://www.politize.com.br/democracia-participativa/">https://www.politize.com.br/democracia-participativa/>.

Acesso em: 11.09.21.

Arquivos de políticas públicas. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/tag/politicas-publicas/">https://www.politize.com.br/tag/politicas-publicas/</a> Acesso em: 13. 09. 21.

Canvas de Políticas Públicas. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/canvas-politicas-publicas">https://www.politize.com.br/canvas-politicas-publicas</a>. Acesso em: 13. 09. 21.

Ciclo de Políticas Públicas. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas">https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas</a>. Acesso em: 13. 09. 21.

Conceito de Políticas Públicas. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/tag/conceito-de-politicas-publicas/">https://www.politize.com.br/tag/conceito-de-politicas-publicas/</a>. Acesso em: 13. 09. 21.

Estado Democrático de Direito: entenda o que é esse termo.

Disponível em: <a href="https://www.politize.com.br/estado-democratico-de-direito/">https://www.politize.com.br/estado-democratico-de-direito/</a>. Acesso em: 11.09.21.

O que é Estado? Entenda a constituição da sociedade política.

Disponível em: <a href="https://www.politize.com.br/estado-o-que-e/">https://www.politize.com.br/estado-o-que-e/</a>. Acesso em: 13.09.21.

O que é democracia?

Disponível em: <a href="https://www.politize.com.br/democracia-o-que-e/">https://www.politize.com.br/democracia-o-que-e/</a>. Acesso em 11.09.21.

Orçamento participativo: como funciona e como participar. Disponível em: <a href="https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/">https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/</a>>. Acesso em 13. 09. 21.

Participação da mulher na política: coletivos e sociedade civil organizada. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/participacao-da-mulher-na-politica/">https://www.politize.com.br/participacao-da-mulher-na-politica/</a>. Acesso em 13. 09. 21.

## Referências

Participação social: o que todos podem fazer pelo aprimoramento dos serviços públicos. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/participacao-social-e-servicos-publicos/">https://www.politize.com.br/participacao-social-e-servicos-publicos/</a>. Acesso em 13, 09, 21.

Plebiscito e referendo: qual a diferença? Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/plebiscito-e-referendo-qual-a-diferenca/">https://www.politize.com.br/plebiscito-e-referendo-qual-a-diferenca/</a>. Acesso em 13. 09. 21

Política e fatos sociais: qual a relação?

Disponível em: <a href="https://www.politize.com.br/politica-e-fatos-sociais/">https://www.politize.com.br/politica-e-fatos-sociais/</a>. Acesso em 13.09.21.

Políticas Públicas. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/politicas-publicas/">https://www.politize.com.br/politicas-publicas/</a>. Acesso em: 13. 09. 21

Por que é importante falarmos em cidadania?

<a href="https://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/">https://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/</a>. Acesso em: 11. 09. 21

PPA, LDO e LOA: as 3 siglas que definem o orçamento do governo. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/ppa-ldo-loa-3-siglas-que-definem-orcamento-governo/">https://www.politize.com.br/ppa-ldo-loa-3-siglas-que-definem-orcamento-governo/</a>. Acesso em 13. 09. 21.

Quais são os direitos e deveres do cidadão?

<a href="https://www.politize.com.br/direitos-e-deveres-cidadao/">https://www.politize.com.br/direitos-e-deveres-cidadao/</a>. Acesso em: 11. 09. 21

Quem faz políticas públicas. Disponível em:

<a href="https://www.politize.com.br/politicas-publicas-quem-faz/">https://www.politize.com.br/politicas-publicas-quem-faz/</a>. Acesso em: 13. 09. 21.

Quem pode criar leis? Aprenda tudo sobre o processo legislativo! Disponível em: <a href="https://www.politize.com.br/quem-pode-criar-leis/">https://www.politize.com.br/quem-pode-criar-leis/</a>>. Acesso em: 13. 09. 21.